

Nacionalidade — portuguesa;
Data de nascimento — 18 de Janeiro de 1964;
Sexo — feminino.

Formação académica e profissional:

Licenciatura em Direito na Universidade Internacional;
Advogada com a cédula profissional n.º 1171E;
Pós-graduação em Direito da Educação, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
Curso Geral do Conservatório Nacional de Música de Lisboa (Piano, Composição, História de Música Acústica e Formação Musical);
Frequência da licenciatura em Administração Educativa;
Professora do quadro de nomeação definitiva na Escola Básica 2/3 José Maria dos Santos;
Profissionalização em exercício (estágio) concluída em 1994, na ESE de Setúbal;
Formadora certificada pelo IIEFP (Instituto do Emprego e Formação Profissional);
Formadora certificada pelo IFEC (Instituto de Formação e Educação para a Cidadania).

Experiência profissional:

Situação actual — desde 1995 — exercício da advocacia em escritório particular e nomeada pelo Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados para patrocínio e defesa no âmbito do apoio judiciário;

De 1997 a 2001 — representante do Ministério da Educação na implementação e acompanhamento do «Projecto de revitalização urbana do Vale da Amoreira» em parceria com a Câmara Municipal da Moita e a Junta de Freguesia do Vale da Amoreira;

De 1995 a 2001 — presidente do conselho administrativo da Escola Básica 2/3 Baixa da Banheira n.º 3;

De 2000 a 2001 — elaborou o projecto da Medida n.º 8 do FEDER e a candidatura à Medida n.º 9 do PRODEP;

De 1999 a 2001 — presidente do conselho executivo da E. B. 2/3 da Baixa da Banheira n.º 3;

De 1998 a 1999 — presidente da comissão executiva instaladora da E. B. 2/3 da Baixa da Banheira n.º 3;

De 1995 a 1998 — nomeada presidente da comissão instaladora (despacho de 25 de Julho de 1995) da E. B. 2/3 da Baixa da Banheira n.º 3, Vale da Amoreira.

Comunicações — Toxicod dependência — Aspectos Legais, comunicação no âmbito do «Dia D», Vale da Amoreira E. B. 2/3 Baixa da Banheira n.º 3, 1997.

Outras aptidões e competências:

Elaboração do plano anual de actividades;
Elaboração do projecto de orçamento anual;
Elaboração das contas de gerência;
Fiscalização e cobrança de receitas;
Autorização da realização de despesas e respectivo pagamento;
Seleção e recrutamento de pessoal docente e não docente;
Estabelecimento de protocolos e celebração de acordos de cooperação, nomeadamente com a Câmara Municipal da Moita, Centro de Saúde da Baixa da Banheira, Câmara Municipal do Barreiro, IIEFP, Junta de Freguesia do Vale da Amoreira, Associação Cabo-Verdiana, entre outros.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Despacho n.º 26 184/2007

I — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nos artigos 35.º e 36.º do Código do Procedimento Administrativo e no despacho n.º 15 881/2005, do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 139, de 21 de Julho de 2005, delego e subdelego na directora regional do Centro, inspectora licenciada Cristina Isabel Gatões Baptista, com faculdade de subdelegação, os poderes necessários à prática dos seguintes actos:

- 1) Autorizar deslocações em serviço em território nacional, nos termos previstos na lei, relativamente ao pessoal afecto à respectiva Direcção Regional;
- 2) Autorizar o pedido de gozo de férias até à aprovação do mapa de férias;
- 3) Autorizar a alteração dos períodos de férias constantes dos mapas de férias aprovados;
- 4) Proferir decisão sobre realização de despesas públicas e autorizar as inerentes despesas, fixando em «eur» 2500 o montante a que se

refere a alínea q) do n.º 1 do artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16 de Outubro.

II — Ratifico todos os actos praticados desde 1 de Julho de 2007 pela directora regional do Centro, inspectora licenciada Cristina Isabel Gatões Baptista, que se enquadrem nos poderes ora delegados.

23 de Outubro de 2007. — O Director-Geral, *Manuel Jarmela Palos*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Secretaria-Geral

Despacho n.º 26 185/2007

Considerando a publicação no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 156, de 14 de Agosto de 2007, na bolsa de emprego público com o código de oferta n.º OE200708/0145 e no jornal *Correio da Manhã*, de 15 de Agosto de 2007, a pretensão da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça em seleccionar titular para o cargo de director de serviços da Unidade de Compras do Ministério da Justiça, ao qual compete exercer as competências previstas no artigo 7.º da Portaria n.º 514/2007, de 30 de Abril, que aprova a estrutura nuclear da SGMJ, cuja lei orgânica foi aprovada pelo Decreto Regulamentar n.º 50/2007, de 27 de Abril;

Considerando que, nos termos do n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, findo o procedimento concursal, o júri elabora a proposta de nomeação, com indicação das razões por que a escolha recaiu no candidato proposto;

Considerando que, das candidaturas apresentadas, se verifica que a da licenciada Lídia de Jesus Sousa Alves cumpre os requisitos obrigatórios e anunciados e é aquela que melhor se adequa ao perfil pretendido, uma vez que evidencia relevante experiência em cargos de direcção intermédia de 1.º grau e de coordenação na área da gestão financeira e patrimonial, nomeadamente na área da contratação pública e no projecto de compras públicas, conforme proposta do júri do procedimento, anexo à acta de 21 de Setembro de 2007;

Considerando que, nos termos do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, os titulares dos cargos de direcção intermédia são providos por despacho do dirigente máximo do serviço ou organismo, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo;

Considerando por último que, nos termos do n.º 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o provimento nos cargos de direcção intermédia produz efeitos à data do despacho de nomeação, salvo se outra data for expressamente indicada;

Nomeio, em comissão de serviço e pelo período de três anos, renovável por iguais períodos, para o cargo de directora de serviços da Unidade de Compras do Ministério da Justiça a licenciada Lídia de Jesus Sousa Alves, especialista superior, escalão 9, do quadro de pessoal da Polícia Judiciária, nos termos e ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, ficando autorizada a exercer a opção prevista no n.º 3 do artigo 31.º do mesmo diploma legal.

30 de Outubro de 2007. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltez*.

Síntese curricular

1 — Identificação:

Nome — Lídia de Jesus Sousa Alves;
Naturalidade — Abambres, Mirandela;
Data de nascimento — 22 de Janeiro de 1955;
Categoria — especialista superior de escalão 9 do quadro de pessoal da Polícia Judiciária.

2 — Habilitações académicas:

Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, pelo Instituto Superior de Economia, 1983;
Membro da Ordem dos Economistas, com o n.º 1871.

3 — Experiência profissional:

Desde Junho de 2007 — directora de serviços da Unidade de Compras do Ministério da Justiça (UCMJ), em regime de substituição;